



Moção Global | V Convenção Regional

Fazer a Diferença!

1 – O Bloco de Esquerda e as Eleições Regionais

No próximo mês de Outubro, os açorianos e açorianas vão ser chamados a determinar a composição do próximo Parlamento Regional. O Bloco de Esquerda/Açores encara este julgamento com toda a confiança. Ao longo destes quatro anos, o BE foi um partido de denúncia, e foi um partido de propostas concretas por melhores condições de vida dos açorianos e açorianas e pelo combate contra a promiscuidade entre os interesses públicos e privados, mas também foi um partido de consensos por objectivos que interessam à Região.

Fomos firmes na defesa da Autonomia, e hoje, que novos desafios se colocam aos Açores, apresentamos propostas concretas e sérias para o seu aprofundamento em defesa dos Açores.

Batemo-nos por um novo paradigma para a economia, que quebre com as desigualdades sociais e tire a Região dos últimos lugares dos indicadores sociais. Apresentamo-nos a estas eleições com propostas concretas para abrir este caminho.

Assumimos, com toda a clareza, que o Bloco de Esquerda/Açores tem uma visão estratégica para os Açores, que passa por propostas concretas, combatendo a subserviência e o atavio da elite política e económica que tem dirigido os Açores.

Por tudo isto, pela combatividade e capacidade de propositura, porque sentimos esse apoio nas populações, porque não temos medo das responsabilidades e de as assumir em defesa dos Açores e suas gentes, encaramos com confiança estas Eleições Regionais.

2 – Os Açores no contexto europeu

A Europa dos mercados tem uma política contrária ao nosso país e, por consequência, contra a nossa Região.

A Comissão Europeia é hoje o quartel general dos interesses do sector financeiro e das grandes companhias, cuja agenda é bastante clara: baixar salários e direitos, derrubar o estado social e destruir os serviços públicos a troco de rendas aos privados. Na busca de aumento da taxa de lucro em favor do capital financeiro, a Comissão Europeia usa o Tratado Orçamental e as dívidas soberanas como instrumentos destes desígnios.



A demagogia dos fundos europeus não compensa a sistemática destruição do nosso sistema produtivo, que decorre ao longo dos anos.

A crise da lavoura açoriana é o exemplo claro desta perspectiva que norteia a Comissão Europeia.

Na mesma linha de actuação, vem o anunciado tratado comercial entre os Estados Unidos da América e a União Europeia, conhecido como TTIP. Este tratado representa a desregulação acelerada das condições de trabalho, dos condicionalismos ambientais e de saúde e vai representar a falência de muitos pequenos e médios negócios em favor das grandes multinacionais de vários sectores de actividade.

Não se compreende que PS/Açores e PSD/Açores apoiem a concretização deste tratado, a não ser pela habitual subserviência às administrações norte-americanas. Na defesa do interesse dos Açores não é concerteza.

Assumiremos neste combate os interesses do País e da nossa Região, por isso defendemos:

- O fim do Tratado Orçamental;
- Reestruturação da dívida externa;
- Não ao tratado comercial entre EUA e UE – TTIP.

3 – Os Açores são parte integrante do país

A maioria parlamentar saída das eleições legislativas nacionais entendeu-se para apoiar um governo do Partido Socialista. Esta solução coloca em evidência o que sempre defendemos, os eleitores e eleitoras votam para eleger o Parlamento do qual sai o futuro governo do país.

Logicamente, nos Açores funcionam os mesmos princípios.

A constituição desta maioria, para a qual o Bloco de Esquerda teve um papel decisivo, é benéfica para os Açores, como tem sido para o País. Desde logo, porque defende os valores da Autonomia, ao contrário daquilo que fez a maioria PSD/CDS.

Mas também porque a sua política de reposição de poder de compra e direitos dos trabalhadores tem vindo a ser importante para os trabalhadores açorianos, nomeadamente através do aumento do salário mínimo, entre outras medidas. São ainda importantes as conquistas na área da saúde, com a nova relação entre o Serviço Nacional de Saúde e o Serviço Regional de Saúde, assim como a alteração à lei do ordenamento do mar ou a reposição parcial em matéria de tribunais.

Se o caminho percorrido tem sido no sentido positivo, ele deve concretizar-se com respostas concretas aos desafios que estão colocados.



Uma Autonomia exigente tem de lutar por:

- Reposição da Lei das Finanças Regionais de 2010;
- Colmatar o grande défice de trabalhadores da administração central nas diferentes áreas dependentes do poder central;
- Debelar as gravíssimas condições prisionais existentes em Ponta Delgada e também na Horta;
- Reforçar as equipas de evacuação de doentes e sinistrados por parte da força aérea;
- Defender e reforçar a Universidade dos Açores na condição da sua insularidade e tripolaridade;
- Garantir a modernização técnica da RTP/Açores e os meios humanos necessários para que esta tenha condições de ser um verdadeiro instrumento de coesão regional.

4 – Os Açores numa encruzilhada

Os últimos lugares dos indicadores sociais, no quadro nacional, são a triste realidade com que açorianos e açorianas se deparam. Esta realidade contrasta com as constantes proclamações do Governo Regional das supostas vitórias da economia.

Estas proclamações escondem o constante alargamento das desigualdades sociais na nossa Região. Escondem a realidade de mais de 20 mil desempregados, da maior taxa de utilização do Rendimento Social de Inserção do país, do ordenado mínimo ser a norma no sector privado, e da precariedade no trabalho ser o modo de vida para muitos açorianos e açorianas, em particular para os jovens.

O Governo Regional é, ele próprio, um factor activo de compressão para a existência de baixos salários, dando o mau exemplo: as novas normas de financiamento do sector social não são mais do que uma chantagem sobre os trabalhadores, e a abusiva utilização dos contratos de inserção que obrigam os desempregados a ocupar lugares de necessidades permanentes, sem direitos, com baixíssimos salários, e sem futuro, é outro exemplo desta política.

Por outro lado, é este mesmo Governo que faz prosperar interesses privados rentistas em áreas tão díspares como a energia, a educação ou a saúde. São os “negócios para amigos”.

É neste quadro, que exige mudanças profundas, que nos deparamos com um Partido Socialista que se apresenta a eleições sem ideias inovadoras e sem uma estratégia para o futuro da Região. É um “mais do mesmo” com a continuidade de políticas que agudizam os problemas e provocam desmobilização e apatia.



A direita, liderada pelo PSD, com a companhia do CDS, nada traz de novo. Limita-se a esperar, e move-se entre as fotos que consegue tirar com congressistas norte-americanos e as promessas ocas de futuros melhores, sem apresentar, de forma concreta, conteúdo diferente.

Potenciar as riquezas dos Açores para trilhar novos caminhos na nossa economia e na prática política, partindo da realidade concreta, é a proposta do Bloco de Esquerda para enfrentar os novos desafios que estão colocados.

5 – Novos desafios, novas respostas, novas oportunidades

A diversificação da nossa economia é uma necessidade premente. Essa diversificação deve assentar em factores próprios à Região, e trazer maior valor acrescentado e emprego qualificado.

O desenvolvimento do turismo é um factor deste processo, que se apresenta na direcção certa, desde que respeite os limites da tipologia da nossa oferta como turismo de natureza.

Mas novas oportunidades surgem de forma vincada, como o mar e a nossa posição estratégica, entre dois continentes.

5.1 – O Mar

O Mar, com as suas fontes hidrotermais, a sua biodiversidade única, E a riqueza do seu solo e subsolo marinhos, impõe-se como a grande alavanca de progresso.

Desde 2004 que o Bloco defende esta perspectiva, através da criação de um centro de investigação público das ciências do mar no Faial. Hoje, o consenso em torno desta ideia e mesmo a sua consagração no programa do governo da República é para nós motivo de satisfação. Mas se a ideia seguiu o seu caminho, a sua concretização não está garantida. O papel acolhe tudo...

Continuar a luta pela concretização desta ideia de dotar os Açores de um centro de investigação com o carácter de um instituto público nacional sediado no Faial é o caminho que se nos apresenta.

As riquezas do nosso mar não são para alugar a preço baixo. Hoje, o conhecimento é a grande mais-valia do mundo. A concretização de um centro de investigação insere-se nesta ideia, que pode também ser um pólo de atracção para a indústria biotecnológica e outros sectores tecnológicos. Por outro lado, a concretização deste centro ajudará a potenciar novas valências e maior atratividade para a Universidade dos Açores.

A verdade é que sem investir no conhecimento será impossível controlar, do ponto de vista económico, e ambiental, a futura exploração do solo e subsolo marinhos.

Nesta perspectiva defendemos:

- Concretização na próxima legislatura do centro de investigação no Faial com carácter de instituto público nacional.

5.2 – Posição estratégica da Região Autónoma dos Açores

A tão propalada posição estratégica dos Açores, infelizmente, até hoje, e desde que assim foi considerada, serviu exclusivamente para a guerra.

Como sempre assumimos, era, e é, um destino errado, mas mais importante, era um impedimento sério ao desenvolvimento da economia dos Açores.

Os desenvolvimentos dos últimos anos mostram que a razão estava do nosso lado, facto aceite por cada vez mais pessoas.

Manter a base adormecida só significa a prepotência da administração norte-americana, que se comporta como “dona daquilo que é nosso”. E da parte da elite que nos governa, significa a maior subserviência ao “senhor feudal”, por razões ideológicas, em detrimento dos interesses dos Açores.

A nossa posição estratégica deve ser usada como plataforma logística e técnica para a aviação civil e o novo, e maior, fluxo de transporte marítimo que se avizinha.

Transformando um peso morto na ilha Terceira num projeto de desenvolvimento, capaz de atrair mão de obra qualificada e potenciando assim outras ilhas – como a capacidade instalada na ilha de Santa Maria – para a aviação civil.

Ninguém investe para o futuro numa zona que a qualquer momento pode fechar para estar ao serviço de uma qualquer guerra, por isso, defendemos:

- Total limpeza da pegada ambiental deixada pelas autoridades norte-americanas na Base das Lajes;
- Moratória de 4 anos para total cessação das actividades militares estrangeiras na Base das Lajes;
- Realização das ações necessárias para a transformação das actuais estruturas da Base das Lajes, na ilha Terceira, em plataformas de apoio logístico e técnico para a aviação civil e tráfego marítimo.

6 – Aprofundar a Autonomia

Os novos desafios que estão colocados aos Açores, a par da experiência destes últimos 40 anos, tornam imperativo o alargamento do poder autónomico.



A importância da autonomia está consagrada no coração de todos os açorianos e açorianas, porque foi a Autonomia a principal responsável pela melhoria das condições de vida das pessoas residentes neste arquipélago.

A importância da realidade autonómica obriga-nos ao maior respeito por este Estatuto e também à maior responsabilidade. Em consequência, a Autonomia não será objeto por parte do Bloco de Esquerda para jogos políticos estéreis, utilizados por quem quer esconder a falta de ideias.

Hoje, quando todos falam da economia do mar em todas as suas vertentes, não pode ser o mar dos Açores e as implicações da sua exploração decididas a milhares de quilómetros de distância. Entre múltiplos factores, as implicações negativas de uma exploração desenfreada, no ambiente ou na saúde das pessoas, serão sofridas por quem cá vive e não daqueles que no Terreiro do Paço decidem a nossa vida.

Em paralelo, as decisões em Tratados Internacionais que impliquem a Região e tenham impacto na vida de quem cá vive não podem mais continuar, como até aqui, e por isso defendemos:

- Aprofundamento do nosso Estatuto Político e Administrativo no sentido de a Região, não só ser ouvida, mas que o seu parecer seja determinante em matérias relacionadas com o seu mar e tratados internacionais que tenham implicações diretas na Região.

7 – Protecção e desenvolvimento das actividades tradicionais da economia

7.1 – Sector das Pescas

Os sectores da nossa economia dita "tradicional " estão em crise profunda. No sector das pescas, quer as capturas, quer o valor, e principalmente os rendimentos dos pescadores – na maioria dos casos abaixo do limiar de pobreza – são o espelho da crise que se vive no sector.

A sustentabilidade da actividade piscatória não é compatível com erros anteriores, como foi o caso de a Região abdicar de lutar pela gestão da sua Zona Económica Exclusiva, no passado, ou a indiscriminada construção de novas embarcações.

Uma nova política para a sustentabilidade das pescas é necessária. Ela deve partir de um debate sério e urgente sobre como garantir que, a médio e longo prazo, que os stocks de pesca não desaparecem no mar dos Açores.

Por isso, defendemos:

- Co-gestão das nossas águas com a Comissão Europeia;
- Implementação de um Plano que contemple medidas que garantam a sustentabilidade da pesca, que passam pela revisão do número e tipo de

embarcações dos diversos segmentos da frota existente, e por uma gestão da pesca que envolva as organizações do sector;

- Contratos de trabalho para todos os pescadores;
- Diminuição do esforço de pesca para 10 meses por ano sem perda de rendimentos para os pescadores;
- Reforço do estudo do mar e das suas capacidades piscatórias pela Universidade dos Açores;
- Correspondência do fundo de pesca ao salário mínimo regional.

7.2 – O sector agropecuário

A aliança das políticas europeias ao serviço dos grandes interesses do sector agropecuário, com más políticas praticadas no País e na Região, estão na origem da atual crise do sector.

O fim das quotas leiteiras é o fim da regulamentação do sector, uma situação que só interessa aos grandes produtores. Este facto faz perigar a sustentabilidade económica das pequenas produções e particularmente de zonas tão específicas como os Açores.

Contudo, as políticas regionais apostadas na quantidade e não na qualidade, como seja o fomento da estabulação e da alimentação por rações produzidas com recurso a organismos geneticamente modificados (OGM), são contrárias ao apuramento da qualidade e, logo, da diferenciação do leite e seus derivados como produtos de maior valor.

Para que a marca Açores não se torne num logro, importa adotar uma política que concorra para a sua sustentabilidade optando por um modelo que torne os produtores menos dependentes da ração, de fertilizantes e de produtos fitossanitários.

Assim, impõe-se:

- Reposição das quotas leiteiras, ou mecanismos de regulação com efeito idêntico;
- Aposta clara em gado de pastagem, com a diminuição da quantidade de ração na sua alimentação, garantindo que esta não tem OGM na sua composição;
- Política de emparcelamento assente no projeto de transformação que conduza a um modelo de produção sustentável;
- Aposta clara na diferenciação pela qualidade – em vez de quantidade – no contexto de procura de modelo para uma produção sustentável;
- Aposta na produção de produtos derivados de leite de maior valor acrescentado.

No sector agrícola são necessárias apostas mais fortes e tecnicamente mais sustentáveis. A pouca aposta neste setor torna a região uma grande importadora e impede a sua diferenciação com um aumento de produção.

Importa também que se promovam as boas práticas agrícolas, mormente com sistemas de produção integrada e biológica.

Propõe-se assim:

- Novas propostas de apoio para as horto-frutícolas, florícolas e mel, com especial incidência para a prática de proteção integrada e a agricultura biológica;
- Criar um sistema de incentivos para projetos que potenciem a utilização/ transformação de produtos regionais;
- Maior apoio técnico, nomeadamente através de equipas de extensão rural.

8 – Transparência na economia e na administração pública

8.1 – Economia

Milhões de euros são malbaratados, todos os anos, nas mais diversas áreas da economia em apoios a empresas que mais não fazem do que instalar-se na Região, com apoios públicos, tendo assegurada a compra integral dos seus serviços pelo sector público.

Este rentismo tem particular realce nas áreas da energia, educação e saúde, e desmentem a tão propalada ideia de que a gestão privada é melhor do que a pública. Note-se só o caso da radioterapia, na qual o governo assume que são os tratamentos mais caros do país.

Mas este rentismo e ausência de transparência é também particularmente notório nas empreitadas públicas: as célebres constantes derrapagens das obras públicas.

Entrelaçados com as derrapagens surgem os constantes erros técnicos nas obras. São particularmente penalizadoras as obras dos portos, por má concepção técnica ou por pura teimosia em não ouvir quem percebe do mar. Os casos do porto de Rabo de Peixe ou do novo cais da Horta são exemplos máximos deste crime económico.

O combate nesta área, com propostas concretas feitas pelo Bloco de Esquerda, tem esbarrado na oposição da maioria, que está mais disponível para os “negócios” do que para o bem público.

Tudo isto custa milhões de euros do nosso dinheiro, sem quaisquer responsabilidades para os culpados destes erros.

Mas esta falta de transparência estende-se aos concursos públicos para preencher vagas na administração regional, cuja prática se estende à administração local.

Por tudo isto, defendemos:

- Fim aos apoios públicos a empresas que concorram diretamente com serviços públicos;
- Alteração ao Código dos Contratos Públicos por forma a combater as derrapagens financeiras e garantir maiores exigências de qualidade técnica nos projetos e na sua fiscalização e responsabilização.

8.2 – Administração Regional

Sabemos que a defesa da transparência nos serviços públicos é também a defesa da sua qualidade. Importa, portanto, garantir essa transparência nos diferentes aspetos, entre os quais os relacionados com a contratação e a remuneração nestes serviços.

Devemos garantir que cesse a prática de admissão de pessoas a prazo na administração regional, sem qualquer concurso. Ela é uma prática lesiva dos princípios democráticos que devem presidir à contratação pública.

Devemos exigir que os gestores públicos, administradores e diretores executivos do setor empresarial regional, passem a ser admitidos por concurso, favorecendo a transparência.

Urge também corrigir problemas de transparência associados à definição da remuneração dos gestores públicos regionais.

Assim, propomos:

- Admissão de pessoal para a administração regional de maneira transparente e igual para todos/as os/as concorrentes;
- Adequar o número de cargos de chefia, às reais necessidades dos serviços;
- Promoção de sistemas de valorização profissional obrigatoriamente, em todos os organismos públicos;
- A avaliação dos funcionários públicos nos moldes anteriores ao SIADAPRA;
- Proceder à admissão dos gestores públicos por procedimento concursal;
- Limitar a remuneração fixa dos gestores públicos à remuneração do Presidente do Governo Regional e limitar a componente variável da remuneração a um terço da sua componente fixa;
- Impor limitações à remuneração dos administradores não executivos e às remunerações em casos de acumulação de cargos de administração em empresas públicas;

-Obrigação à publicação das remunerações dos gestores públicos, bem como dos respetivos critérios de fixação.

9 – Defesa dos serviços públicos, por melhores serviços

9.1 – Saúde

Na saúde, apesar de toda a propaganda, o Governo Regional não cumpriu as suas promessas para esta legislatura: garantir a todos os açorianos e açorianas um médico de família e um combate sério às listas de espera, quer de especialidade quer cirúrgicas.

Ao fim de quatro anos, o que é basilar na saúde não foi cumprido. Esta situação penaliza fortemente não só a qualidade de vida das pessoas, mas também aumenta os custos com a saúde, pois obriga-as a recorrer ao privado.

Paralelamente, durante a legislatura, o Governo Regional diminuiu os apoios ao transporte de doentes para consultas ou tratamentos, assim como reduziu a ida de especialistas às ilhas sem hospital.

São traços de uma política que dificulta o acesso à saúde.

Para este combate propomos:

- Fim das taxas moderadoras;
- Fechar a Saudaçor, integrando os seus trabalhadores/as na Secretaria Regional da Saúde;
- Dotar os Açores dos médicos de família necessários e implementar as Unidades de Saúde Familiar;
- Implementar um programa especial de combate às listas de espera;
- Implementar uma coordenação regional dos três hospitais existentes;
- alargamento do horário dos centros de saúde, nomeadamente à noite;
- Dar condições de deslocação aos doentes que precisam de consultas ou tratamentos, assim como rever os apoios aos doentes deslocados das suas ilhas e seus acompanhantes, dando condições mais dignas;
- Ampliar e agilizar o processo de evacuação de doentes;
- Garantir o acesso aos serviços dentários, fisioterapia, psicologia e nutrição com a contratação de especialistas;

- Diminuir a carga burocrática relativa à emissão de ‘Certificados de Incapacidade Temporária Para o Trabalho’;
- Maior articulação entre os hospitais, os Centros de Saúde, e a Segurança Social;
- Criação de uma equipa ou unidade de treino e formação, em cuidados paliativos, para assistência aos familiares cuidadores;
- Criação de equipas multidisciplinares com formação em cuidados paliativos, ao nível hospitalar e ao domicílio, dando cumprimento a um devido acompanhamento de doentes e suas famílias;
- Criação de equipas multidisciplinares para a saúde escolar;

9.2 – Educação

Os avanços na educação assumidos nos anos da Autonomia são marcantes em relação ao “ponto de partida”. Mas, se isto é verdade, também é verdade que a Região ainda está aquém das suas necessidades.

Somos a região do País que tem os índices mais altos de abandono escolar, de insucesso escolar, de iliteracia e mesmo de analfabetismo. Esta é a realidade que hoje se impõe combater.

Estamos mais longe do que qualquer outra região nos objetivos nacionais para o número de pessoas com o 12º ano ou licenciatura.

Todo este quadro contribui para a pobreza estrutural que existe na RAA e, ao mesmo tempo, nega a capacidade que a escola deve ter na promoção da mobilidade social e no combate às desigualdades sociais.

Acresce-se o papel que a Universidade dos Açores deve ter como aliado na transformação de uma região que precisa de mais especialização e de formação superior em todas as ilhas e na qual o seu carácter tripolar tem uma relevância fundamental.

Por todos estes motivos, entendemos ser tarefa prioritária:

- Estender a cobertura do pré-escolar para 100% em todas as ilhas, com flexibilidade de horários, refeições quentes e em funcionamento durante todo o ano;
- Realizar um combate sério ao abandono e insucesso escolar, através de equipas multidisciplinares de professores e técnicos especializados, que assumam o desempenho de tutoria em articulação com o ambiente familiar;
- Reforço da educação para a saúde nas escolas, nomeadamente através da educação sexual e do combate à toxicod dependência, em particular do álcool;

- Melhorar de forma substancial as refeições escolares, garantindo a todos os alunos o acesso a comida quente e a extensão desta prestação nas férias escolares;
- Dotar as escolas de real autonomia, para que possam desenvolver os seus projetos educativos de acordo com a realidade das comunidades em que se inserem;
- Garantir a unidade do ensino básico para todos os alunos, isentos de cursos profissionais nesta fase de ensino;
- Reforço das medidas de apoio à educação durante a vida;
- Garantir o apoio da tripolaridade à Universidade dos Açores;
- Apoiar a formação à distância, utilizando novas tecnologias, procurando estender a oferta de formação superior a toda a RAA;
- Reforçar a ação social escolar, nomeadamente com a a distribuição de livros gratuitos no 1º ciclo do ensino básico;
- Alterar o Estatuto do Ensino Particular, Cooperativo e Solidário para impedir o financiamento público a instituições privadas de ensino de caráter não supletivo relativamente à oferta pública;
- Acompanhar a reforma sobre o fim dos exames em curso na República.

9.3 – Cultura

Defender a cultura, é defender a identidade de um povo.

De facto ter em atenção a forma como cada comunidade se exprime e realiza ações onde se cruzam aspetos da sua vida material, espiritual e simbólica, traduz a maneira própria como cada sociedade se liga ao espaço e ao tempo em que vive.

As ações de caráter cultural e todos os fenómenos que lhe estão associados fazem parte integrante da vida das comunidades. Não existem de per si e desligados de todos os outros aspetos da vida em sociedade.

Nos Açores, nos últimos anos, a política cultural desenvolvida, se por um lado, consolidou espaços (organismos) e permitiu a construção e ampliação de equipamentos de estruturas de apoio, por outro demonstrou mais dificuldade na articulação desses equipamentos e das valências que eles foram disponibilizando.

A necessária integração e a transversalidade das políticas culturais radicam no facto de que todos os aspetos da vida humana são, também, atos /ações com /de expressão cultural. Mesmo a imaterialidade de certos fenómenos culturais se exprime e/ou resulta de contextos socio-políticos-económicos específicos. Assimetrias, despatrimonializações e/ou abandonos traduzem essa ação desarticulada e atomista de entender as ações humanas e atribuindo à cultura atributos de proteção e valorização folclorística instrumentalizável.



Na RAA, tem havido alguma discussão em torno de qual a melhor organização para encetar uma política cultural e apoiar as atividades culturais. Entendemos que é tempo de dar um espaço mais visível à política cultural na região, valorizando-a, através da criação de uma Secretaria Regional da Cultura.

Defendemos:

- Criação de grupos de trabalho interdepartamentais, promovendo a partilha de recursos, a transversalidade de medidas e projetos, de forma articulada, otimizando recursos;
- Cartografar recursos existentes e estabelecer uma planificação de linhas estruturantes de atuação para a defesa patrimonial;
- Estabelecer redes, procurando valorizar os fenómenos culturais e protegendo as comunidades de pequena dimensão;
- Criação de um teatro profissional que possa ser um espaço de experimentação e de promoção da entidade da região e das suas vivências;
- Criação de uma Secretaria Regional da Cultura no contexto do Governo Regional dos Açores.

9.4 – Ciência

A ciência é aliada do desenvolvimento. É o pilar da inovação, tão necessária numa região como os Açores, com as fragilidades económicas e sociais e com os desafios que se lhe colocam.

A inovação surge através de uma política científica ativa que garanta, entre outros aspetos, o apoio à formação científica, o apoio à estruturação da comunidade científica e o apoio a projetos de Investigação e Desenvolvimento.

O investimento em ciência nos Açores tem-se ficado pelos 0,4% do PIB, um valor que está muito longe dos 3% alcançado pelos países europeus que mais investem. É necessário aumentar este investimento.

Em paralelo, há que ter uma visão estratégica e, sobretudo, criar uma linha orientadora a médio-longo prazo. Os investigadores planeiam a sua investigação a médio-longo prazo, exigindo, dessa forma uma política em ciência que garanta um horizonte temporal que se estende para lá da legislatura. Por outro lado, é essencial apostar num sistema de incentivos que não permita a perpetuação da condição de bolseiro.

Defendemos, por isso:

- Garantir a abertura de bolsas de formação avançada, para doutoramento e pós-doutoramento de forma regular, que garanta um trabalho científico contínuo e de qualidade nos Açores;
- Garantir que os bolsheiros têm condições materiais efetivas para realizar o seu plano de atividades;
- Desenhar o sistema de incentivos de modo a que a figura do contrato de trabalho passe a ser a forma preferida de inserção de investigadores nos projetos;
- Apoio a projetos de investigação fundamental com tipologias variadas contemplando projetos estruturantes e de longo prazo (3 a 5 anos).

9.5 – Transportes

No Arquipélago dos Açores, os transportes são como se tratasse do nosso sangue. A sua importância é evidente, não só para a economia, mas também para a vida de todos os dias, assim como para o ambiente.

O início da operação das companhias low cost veio procurar resolver o problema da dificuldade de acessibilidade ao exterior. Esta solução, feita à custa da SATA e da TAP, não está isenta de custos indiretos. Na verdade, estes serviços mais baratos só são possíveis porque são entregues milhões de euros do erário público às empresas *low cost* que operam na Região.

Todavia, e apesar das expectativas criadas, esta solução mostrou as suas fragilidades. Só serve de forma capaz a maior ilha e provoca, por este facto, distorções sérias no desenvolvimento da Região, que se pretende que seja equilibrado. Reduzir estas distorções com um serviço idêntico na Terceira vai custar ainda mais milhões e, pela lógica atual, essa solução coloca de fora as ilhas do triângulo.

Os transportes terrestres em todas as ilhas e os transportes marítimos regulares de passageiros nas ilhas do triângulo continuam caros e desarticulados entre si, apesar de o Governo Regional ter apresentado um Plano Integrado de Transportes, que se tem revelado ser um logro.

Os transportes, públicos e privados, tem um peso importante na nossa fatura energética e são, paralelamente, um dos principais fatores do nosso contributo para a carbonização da atmosfera.

Neste quadro, defendemos:

- Melhoria das acessibilidades das ilhas do triângulo ao exterior;
- Redução das tarifas e passes nos transportes terrestres e marítimos;

- Criação de passes sociais combinados que articulem transportes urbanos e interurbanos;
- Criação de passes sociais combinados que contemplem transportes terrestres e marítimos;
- Tornar célere, com uma oferta adequada e preços competitivos, o transporte de carga entre ilhas e para o exterior;
- Avançar com estudos concretos, quer do ponto de vista logístico, quer económico, com vista à descarbonização dos transportes públicos e veículos particulares.

10 – Criar emprego e emprego com direitos

Independentemente das polémicas sobre os números das taxas de desemprego, a realidade mostra que o desemprego continua expressivamente alto. Aos 12,4% dos números oficiais de desemprego, temos de somar cerca de 5.000 pessoas em programas ocupacionais e inúmeras pessoas que já não constam das listagens. Falar nos 20.000 desempregados que existem atualmente na Região é falar de sofrimento e desesperança que afeta muitas famílias, com particular incidência nos jovens.

Mas se o desemprego é um flagelo, a precariedade é a lei na nossa Região no que respeita aos contratos de trabalho, quando não é mesmo trabalho ao dia e à hora. Se este problema é transversal a todos os sectores de actividade, é no sector do turismo que esta “selvajaria” é hoje mais aplicada.

O Governo Regional, ao invés de combater esta situação, é o principal promotor desta política de salários baixos, dando o mau exemplo com o novo modelo de financiamento das IPPS e com a promoção da utilização abusiva dos contratos ao abrigo dos programas de inserção.

O combate a esta situação é uma prioridade, para contrariar a pobreza e desenvolver a economia.

Para isso, propomos:

- Plano regional de requalificação urbana, pública e privada;
- Aumento da percentagem do complemento regional ao salário mínimo para 7,5%;
- Reposição do modelo anterior de financiamento das IPPS, com encargo das remunerações pela Região e a equiparação destas às praticadas na administração regional;
- Obrigatoriedade das empresas apoiadas por dinheiros públicos terem os seus quadros de trabalhadores com pelo menos 75% de trabalhadores sem contratos a termo;

- Reforço dos quadros da Inspeção Regional do Trabalho;

11 – Combate às desigualdades sociais

Defendemos que a ação social seja preferencialmente pública e que a contratualização privada nesta área seja supletiva, onde a rede pública não tenha condições para oferecer às populações.

A política seguida pelo Governo Regional de privatizar esta área de ação, corresponde à desresponsabilização das entidades públicas pela ação social, e tem um objetivo economicista, especialmente através da pressão para baixar os salários dos trabalhadores e, por via disso, a qualidade dos serviços prestados aos utentes.

Hoje, fruto desta política errada, estes serviços de ação social são quase totalmente privados. Esta realidade não é mutável de um dia para outro. Nesta perspectiva, defendemos que se inverta o caminho, e que todos os novos equipamentos, desde creches a lar de idosos sejam de gestão pública.

As desigualdades sociais na Região são gritantes. E, se é verdade que o combate a estas desigualdades se faz, fundamentalmente, pela defesa de salários dignos, não é menos verdade que a majoração de apoios sociais, perante a situação de emergência social que vivemos, é um instrumento importante.

Neste sentido, defendemos:

- Aumento do complemento regional de pensão em 15 euros mensais para as pensões abaixo do salário mínimo;
- Implementação do complemento regional em regime complementar ou supletivo ao RSI;
- Estender aos Açores, com majoração de 5%, a tarifa social de eletricidade, assim como o automatismo deste apoio;
- Estudar as formas de flexibilização dos programas europeus e nacionais contra a pobreza por forma a ajustá-los às necessidades de cada pessoa.

12 – Igualdade de género, batalha para vencer

Infelizmente, no que diz respeito às mulheres e seus direitos, o quadro regional acompanha a difícil realidade nacional. Em alguns aspetos ele é ainda mais dramático, como no desemprego, na incidência da violência doméstica, ou nos números referentes à gravidez na adolescência.

Admitimos que têm havido esforços, por parte dos poderes públicos, na tentativa de alterar este quadro, mas, a verdade é que não se vislumbra uma alteração de paradigma.

A crise económica que temos vivido nos últimos anos tem contribuído para esconder esta realidade e o retrocesso que tem havido nas políticas de igualdade, que resulta no aumento do desemprego feminino, no aumento da precariedade, e no aumento do trabalho-à-hora.

O combate a este problema exige medidas sérias:

- Reforço das ações de promoção da igualdade de género nas escolas, com especial incidência no combate à violência doméstica ou no namoro, bem como na redução dos casos de gravidez na adolescência;
- Cobertura a 100%, em toda a Região, de creches com flexibilidade de horários, que se adaptem às necessidades dos horários de trabalho;
- Transportes públicos adaptados às necessidades dos horários de trabalho;
- Programas específicos para valorização académica, dedicado a famílias monoparentais;
- Prioridade às famílias monoparentais e casais com filhos, na mobilidade, no quadro da habitação social, ou apoios às rendas de habitação para mudarem de casa;
- Reforço da Inspeção de Trabalho, com maior atenção às situações de discriminação e de precariedade das mulheres.

13 – Em defesa da Natureza e do Ambiente, apostando no futuro

Em matéria ambiental, a ação da governação socialista tem-se caracterizado pelo desnorte. Havendo iniciativas positivas, não existe, porém, uma estratégia definida e vive-se ao sabor das circunstâncias.

Na política de resíduos, a opção pela incineração é um erro colossal, porque vai levar ao incumprimento das metas de reciclagem, vai mitigar as políticas que promovem a reutilização, e vai levar ao aumento da produção de gases estufa, aumentando os riscos para a saúde.

Apesar dos muitos planos e convénios, não existe uma política pensada sobre ocupação de espaços e de urbanização. A não aposta na requalificação urbana e preservação do edificado, apesar das constantes declarações nesse sentido, é outro exemplo deste desnorte.

Importa ainda tomar medidas a nível regional para um combate eficaz às térmitas, praga que se tem alastrado nos últimos anos por toda a Região.

A completa incapacidade e incompetência nas obras marítimas, como são exemplo as obras dos portos da Madalena do Pico, Horta ou Rabo de Peixe, trouxeram – além dos custos económicos – custos ambientais importantes.

Pôr fim a estes desmandos é hoje mais urgente que nunca, pois a incapacidade de uma linha de rumo na gestão ambiental é também fruto da inexistência de uma linha de rumo para o desenvolvimento económico da Região que promova a diversificação, o conhecimento, e a coesão regional.

Por falta desta estratégia, e ao sabor das circunstâncias, o Governo Regional prepara-se para substituir a monocultura da vaca pela ‘monocultura’ do turismo.

A crescente atividade turística, com aumento da pressão em zonas sensíveis, vai traduzir-se num ataque ao nosso ambiente e à nossa natureza, a não ser que se tomem medidas sérias para a regular.

O anúncio, em tom de festa, de que daqui a poucos anos vamos ter extração mineira no sub-solo marinho dos Açores, é outro exemplo desta falta de estratégia. Onde estão os estudos, e quem fará a monitorização que garanta a defesa da biodiversidade e que possa precaver desastres ambientais extremamente perigosos? Há que garantir os meios e as estruturas adequadas, a nível da Região, para controlar essas atividades.

É necessária outra política em defesa da proteção da biodiversidade, dos ecossistemas e da riqueza natural nos Açores.

Por isso defendemos:

- Criação de um observatório em defesa das boas práticas ambientais, no espaço urbano, rural e no mar;
- Reforçar a utilização de energias renováveis;
- Reforço das políticas que promovam a redução do consumo energético;
- Avançar na descarbonificação da nossa economia, nomeadamente nos transportes;
- Apostar na requalificação urbana em detrimento de nova urbanização;
- Apostar em soluções sustentáveis no tratamento de resíduos urbanos, lutando contra a construção de uma incineradora em S. Miguel;
- Promover a separação de resíduos em todas as ilhas, tornando-a obrigatória em todos os organismos públicos;
- Implementação de centrais de compostagem com recolha seletiva da fração orgânica dos resíduos urbanos e sua respetiva valorização;
- Proibir o cultivo de OGM nos Açores e combater a sua proliferação na alimentação humana e animal;



- Avançar com a proibição imediata da utilização do glifosato na via pública, introduzindo alternativas viáveis no sector agrícola;
- Implementar uma estratégia regional de combate às térmitas;
- Estudar os limites de carga nas áreas protegidas.

14 – Defesa dos animais - um combate civilizacional

Apresentando-se, desde sempre, na linha da frente pelo bem-estar animal, o BE foi o primeiro partido com a coragem política para reconhecer os problemas que existem nesta área: negligência, maus tratos e falta de respeito pelos direitos dos animais, que são consentidos e omitidos por outras forças políticas, e pelo próprio executivo regional.

Apresentamos um Projeto de Decreto Legislativo Regional que “Condiciona o apoio institucional à realização de espetáculos que inflijam sofrimento físico ou psíquico ou provoquem a morte de animais”.

O BE tem sido o único partido a apresentar propostas relacionadas com esta matéria. Em 2014 foi aprovado um Projeto de Resolução que recomendou a “Promoção do bem-estar animal e controlo das populações de animais errantes”, da autoria do BE. No entanto, muitos dos objetivos desta resolução da ALRAA estão ainda por cumprir, nomeadamente, o projeto Alice Moderno, que foi pioneira na defesa dos direitos dos animais, nos Açores.

A luta pelo bem-estar animal não se pode resumir a cartazes, a campanhas de adoção esporádicas, nem a vouchers para esterilizações a animais adotados em alguns canis.

Não podemos permitir que uma Região que se pretende afirmar no turismo mantenha, entre o azul e o verde, práticas de maus tratos a animais. Devemos, sim, desenvolver medidas que sirvam de exemplo a quem nos visita, fazendo do respeito pelos animais mais um postal de boas vindas a quem nos visita.

É urgente encarar este assunto frontalmente, lutando por:

- . Levantamento da realidade de cada uma das nove ilhas, de forma a ser possível implementar medidas exequíveis;
- . Aquisição de espaços que sirvam para albergar animais abandonados, nas ilhas onde não existe canil municipal;
- . Controlo do número de animais errantes através de esterilizações em Centros de Recolha Oficiais (CRO), e em canis com recursos humanos que o permitam;

- . Diminuir a carga burocrática do processo para esterilização de animais, através do Projeto Alice Moderno, de modo a conseguir abranger um maior número de animais de pessoas com dificuldades económicas;
- . Campanhas regulares de adoção (nas quais os animais já poderão estar esterilizados);
- . Campanhas de sensibilização, nos meios urbano e rural, para combater o abandono animal;
- . Fim do abate de animais saudáveis;
- . Fiscalização no transporte de animais vivos;
- . Fiscalização das condições das explorações agro-pecuárias.

Subscritore(a)s:

Alexandra Manes –
aderente n.º 8765 –
Terceira

José Mendes – aderente
n.º 11536 – Terceira

Sandra Serpa – aderente
n.º 7432 – Terceira

Ana Sousa – aderente n.º
10635 – Santa Maria

Lúcia Arruda – aderente
n.º 3863 – São Miguel

Tibério Puim – aderente
n.º 11939 – São Miguel

André Rosa – aderente n.º
9982 – São Miguel

Manuel Pereira – aderente
n.º 10759 – Santa Maria

Verónica Lopes – aderente
n.º 10839 – São Miguel

António Lima – aderente
n.º 9362 – São Miguel

Manuel Rocha – aderente
n.º 9981 – São Miguel

Vitor Parreira – aderente
n.º 7434 – Terceira

Cátia Faro – aderente n.º
10486 – Santa Maria

Maria Celeste Sanona –
aderente n.º 10633 –
Santa Maria

Zuraida Soares – aderente
n.º 3884 – São Miguel

Ilda Mendonça – aderente
n.º 7820 – Terceira

Mário Moniz – aderente n.º
3797 – Faial

Joel Mendonça – aderente
n.º 9265 – Terceira

Paulo Mendes – aderente
n.º 4189 – Terceira



José Carreira – aderente
n.º 2758 – São Miguel

Paulo Sanona – aderente
n.º 7870 – Santa Maria

José Cascalho – aderente
n.º 3801 – Terceira

Pedro Montez – aderente
n.º 9922 – São Miguel